

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
GURIRI



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A

Projeto Redes de Cidadania

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE

GURIRI

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPIRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Guriri / Giovanilton André Carretta
Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mozine, Viviane Mozine Rodrigues,
[coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

65p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996086-5-0

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – São Mateus (ES). 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mozine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mozine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -
UN-ES**

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e
Conformidade Ambiental para Atividades
de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e
Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV
Tecline)**

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política
e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

George Bassul Areias

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira
Augusto Cesar Salomão Mozine
Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis
Maria Angela Rosa Soares
Marcus Vinícius Oliveira Sartório
Roberto Cabral Junior

Técnicos:

Nathália Nogarolli Bonadiman
Carolina Erler Mozzer
Katrinny de Mello Anjos
Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Augusto Cesar Salomão Mozine
Maria Angela Rosa Soares
Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Diagramação:

Roberto Cabral Junior
Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório
Roberto Cabral Junior
Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante
Armando Rodrigues da Silva
Pauliana Pereira da Silva
Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa
Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	24
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	25
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	26
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	27
IV.2	Carreira da pesca.....	28
IV.3	Características das embarcações	29
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca	30
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	30
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial	30
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.....	38
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	38
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	42
VI.1	Caracterização sociocultural	42
VI.2	Principais Patrimônios culturais	43
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	45
VIII	REFERÊNCIAS	47
IX	APÊNDICES	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Guriri, São Mateus	21
Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Guriri, São Mateus	22
Figura 3 - Imagem aérea da comunidade de Guriri, com destaque para o rio Mariricu na delimitação do distrito	23
Figura 4 - Ponto de embarque do Ponto Final.....	25
Figura 5 - Ponto de embarque na comunidade de Mariricu.....	26
Figura 6 - Bateira de pesca marítima	29
Figura 7 - Bateira de pesca no rio	29
Figura 8 - Mancha urbana de Guriri no ano de 1984. Fonte: Google 2019	32
Figura 9 - Mancha urbana de Guriri no ano de 1995.....	32
Figura 10 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2005.....	32
Figura 11 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2019 (a)	33
Figura 12 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2019 (b)	35
Figura 13 - Registro fotográfico de áreas pavimentadas de Guriri	36
Figura 14 - Registro fotográfico de áreas sem pavimentação de Guriri.....	37
Figura 15 - Sísmica 2d pré e pós sal e áreas de produção e exploração de petróleo e gás na região do entorno de Guriri, município de São Mateus.....	39
Figura 16 - Vista aérea da área urbana de Guriri defronte para o mar, com destaque para a vegetação de restinga	40
Figura 17 - Vegetação de restinga remanescente no litoral de Guriri.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias... ..	17
Quadro 2 - Lista de equipamentos urbanos encontrados em Guriri	37

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	50
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES.	60
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE	64

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Guriri, localizada no município de São Mateus, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até maio de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldadas pela Educação Ambiental Crítica-EAC, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA. O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar é fundamentado em discussões clássicas e contemporâneas que tratam das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a

comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos,

mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a

comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à

atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo, exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões - Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Guriri, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas. Ao todo foram realizadas 9 entrevistas na comunidade de Guriri.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo

sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo - reunião de diagnóstico - para validação dos dados coletados - Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2008).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - **Quadro 1.**

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua...

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para shapefile com o uso do software QGIS 3.4.9. O software utilizado para o manuseio e edição dos PIs em formato shapefile, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o datum horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em shapefiles-shp com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundação, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, in loco, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância

de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante as visitas in loco foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

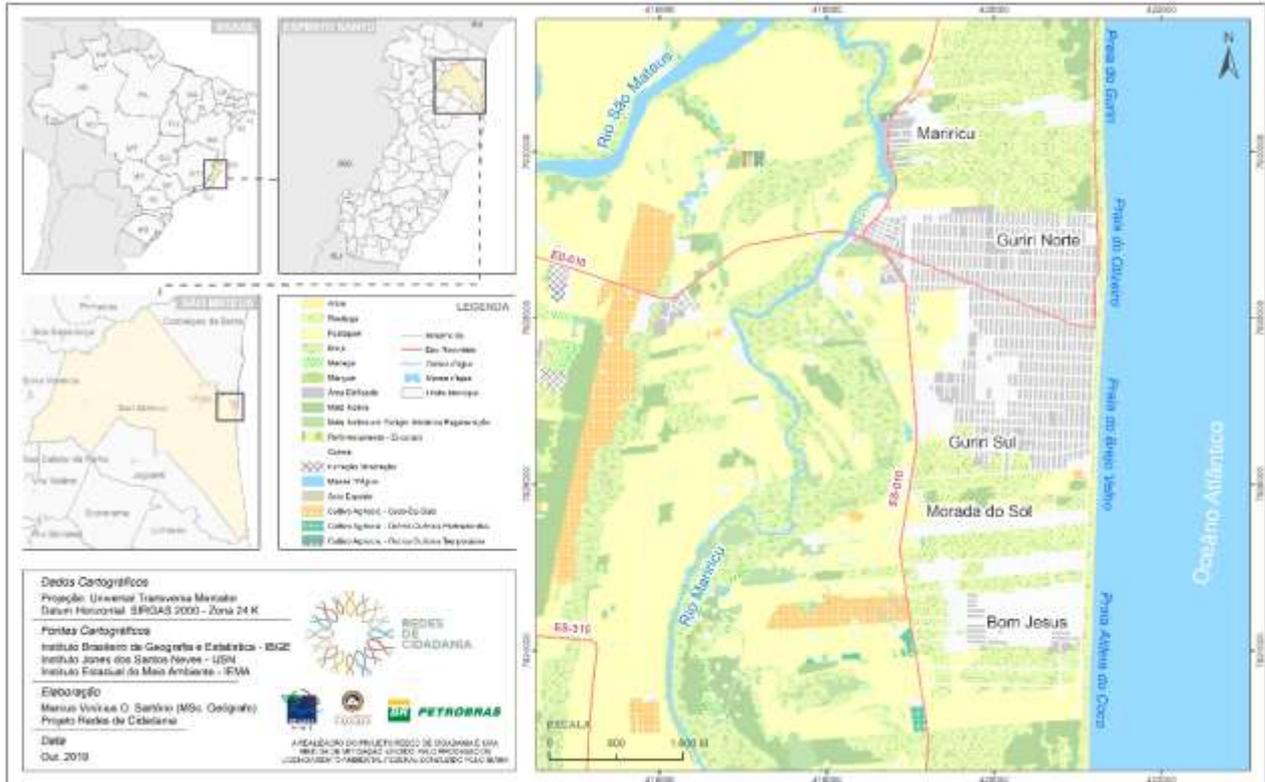
A comunidade de pescadores de Guriri localiza-se na porção nordeste do município de São Mateus, fazendo divisa com o limite sul do município de Conceição da Barra, entre as coordenadas X: 417573 e 421470 - Y: 7931667 e 7923206. Por tratar-se de uma área de extensa urbanização, Guriri possui subdivisões que são conhecidas localmente como: Mariricu, Guriri do Norte, Guriri do Sul, Morada do Sol e Bom Jesus. Ao norte encontra-se a área com menor urbanização, contando com algumas casas e ruas não asfaltadas, chamada de Mariricu, às margens do rio de mesmo nome. À leste encontra-se o Oceano Atlântico. Ao sul encontra-se uma área semelhante à encontrada ao norte da concentração urbana – Figura 1

Nessa área são encontrados loteamentos não ocupados, como Morada do Sol e Bom Jesus, onde as ruas não são asfaltadas e o acesso é precário. À oeste corre um dos braços do baixo rio São Mateus, que drena para o sul e deságua em Barra Nova, a aproximadamente 20 km de Guriri.

A partir das características morfológicas da região, a qual se configura como uma planície costeira de altimetria regular, o baixo curso do rio São Mateus é submetido a pontos de controle no relevo, que o divide em dois cursos paralelos à linha de costa. O curso que drena para o norte é chamado de Cricaré – também nome de um dos principais afluentes do rio São Mateus – e o curso que drena para o sul é chamado de Mariricu, margeando a porção oeste de Guriri. Desta

forma, pode-se considerar que toda a área, desde Conceição da Barra até Barra Nova, onde a comunidade de Guriri se encontra, seja uma ilha.

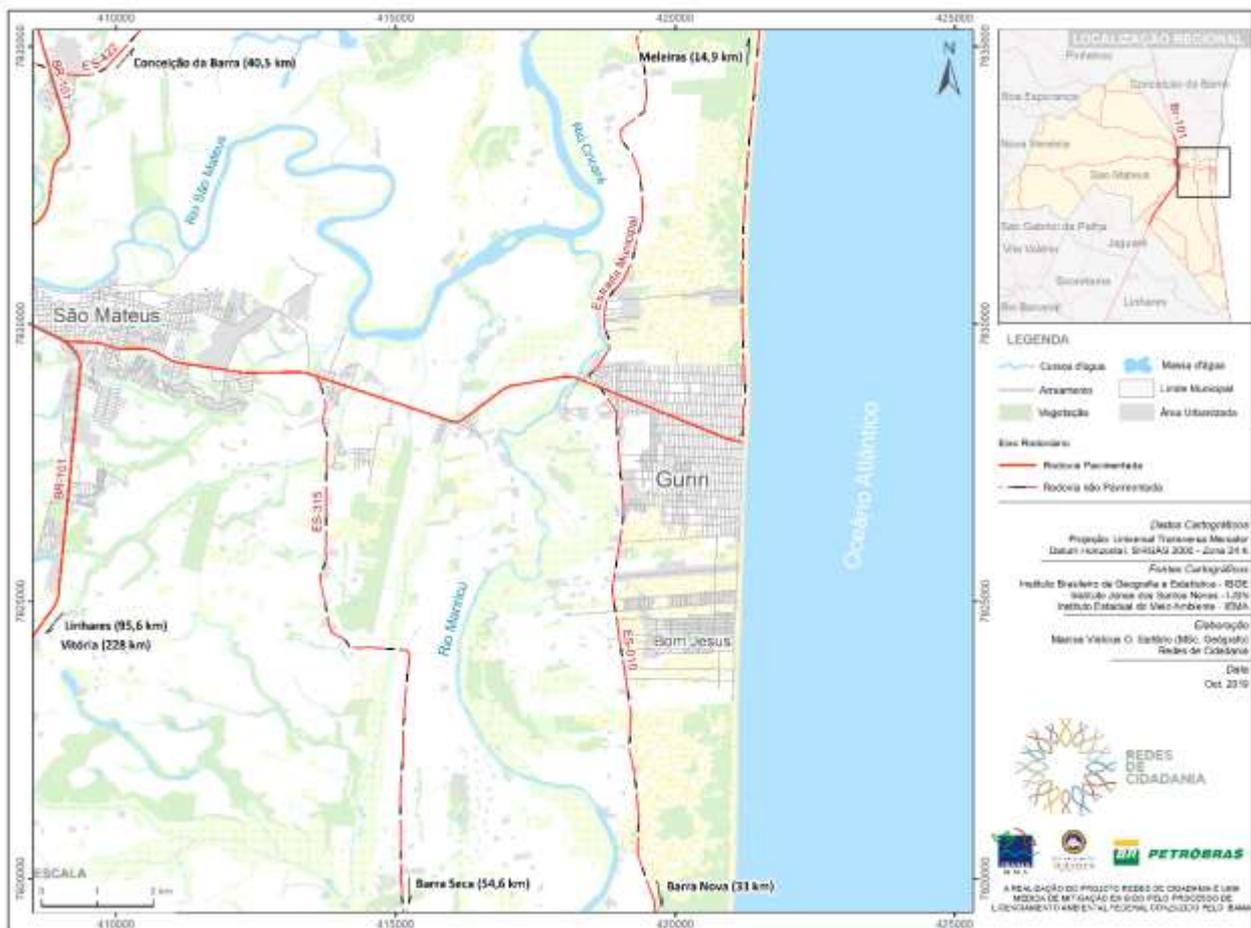
Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Guriri, São Mateus



Fonte: Redes de Cidadania

O acesso à comunidade ocorre pela ES-315, que se liga à BR-101 na sede de São Mateus. O acesso pode ser realizado também pelo próprio rio Mariricu ou pelo Oceano, contudo, não há cais para o atracamento das embarcações no litoral da comunidade. O acesso à capital Vitória pode ser feito pela BR-101, no sentido sul, a uma distância de 228 km - Figura 2. O aeroporto mais próximo fica na sede do município de São Mateus, a uma distância de 10 Km.

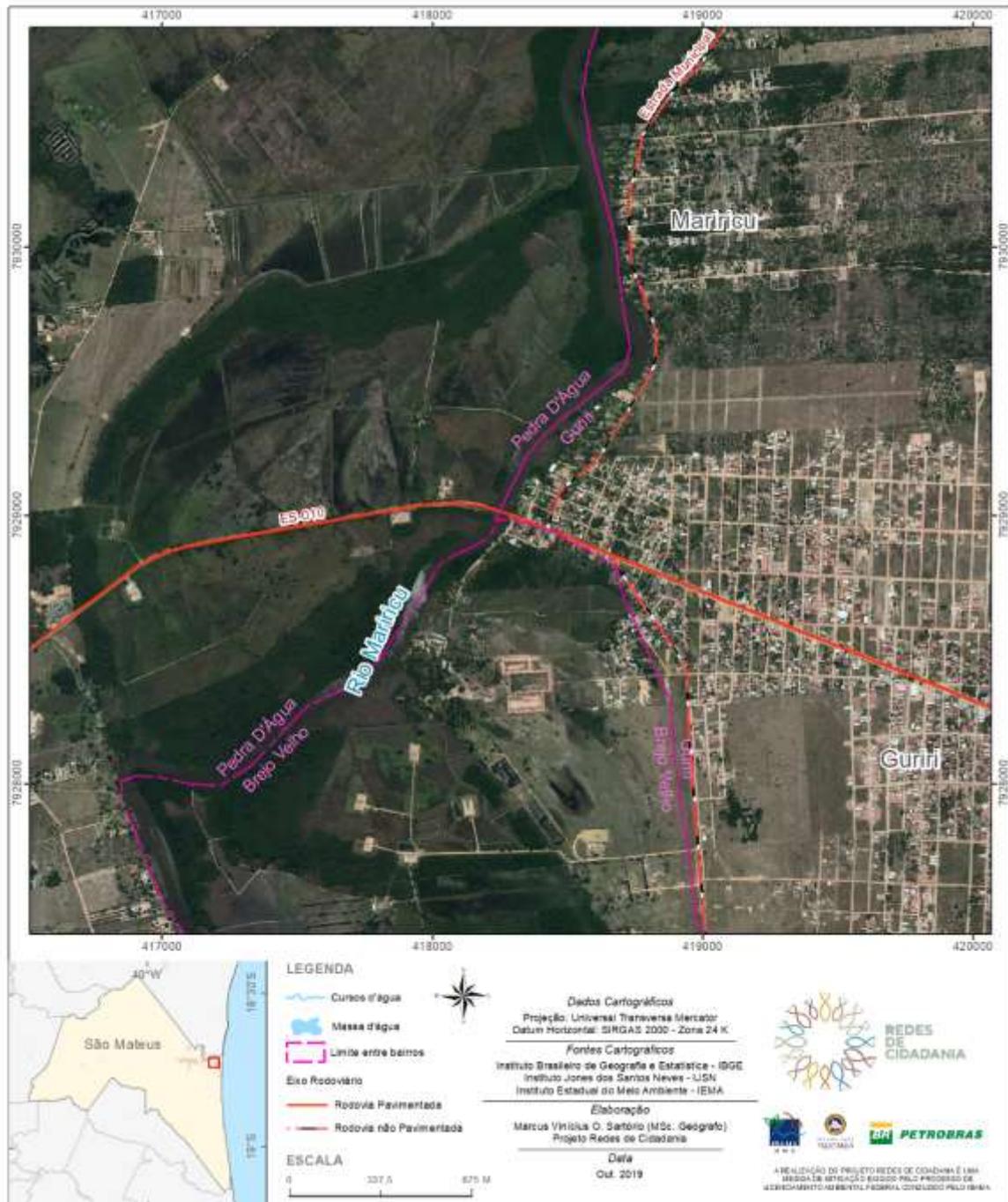
Figura 2 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Guriri, São Mateus



Fonte: Redes de Cidadania

A comunidade encontra-se em uma planície costeira, com altitudes médias próximas ao nível médio de maré, configurando-se em uma paisagem predominantemente plana, sem a presença de elementos de destaque, como morros e montanhas. O rio Mariricu corre meandrante no sentido norte-sul, paralelo à linha de costa, passando à oeste de Guriri. Na porção noroeste, o rio é o elemento natural que delimita o bairro por 4,3 km. O ponto onde localiza-se a ponte de acesso à comunidade é também a fronteira entre três bairros: Guriri, Brejo Velho e Pedra D’água - Figura 3.

Figura 3 - Imagem aérea da comunidade de Guriri, com destaque para o rio Mariricu na delimitação do distrito



Fonte: Redes de Cidadania

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Guriri é representada, em sua instância local, pelas seguintes associações:

- **Associação de Pescadores de Guriri-ASPEG**

Presidente: Maria da Penha Costa

Foi a primeira associação de pescadores do município de São Mateus. À frente de seu processo de criação se fizeram presentes Maria Glória dos Santos e Maria da Penha Costa. A sede está localizada na Peixaria Guriri, próxima à área de embarque e desembarque pesqueiro. A comunidade, por meio de plano de compensação da pesquisa sísmica 4D, recebeu um local onde funcionará a nova sede da associação e um mercado de peixes.

- **Associação de Pescadores de São Mateus-APESAM**

Presidente: Edneia Rodrigues de Oliveira

Associação relacionada à comunidade de Pedra D'água, e desenvolve projetos de piscicultura, como a criação de tilápias em tanques de rede.

- **Colônia Z-13 Barnardo Zacaria dos Santos.**

Presidente: Maria Glória Santos.

A comunidade ainda é representada regionalmente pela **Colônia Z-13**, criada no ano de 2005, com a finalidade de representar os pescadores do município de São Mateus no acesso às políticas sociais, trabalhistas e em projetos de geração de renda. O Primeiro presidente aclamado no ano de fundação foi Mauro Cezar da Cunha Rufino.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

A comunidade de Guriri possui diferentes pontos de embarque pesqueiro, de acordo com os tipos específicos de embarcações. A área próxima ao atual local de funcionamento da associação de pescadores, a Peixaria Guriri, chamada pelos pescadores de “ponto final”, é destinada às baiteiras de pesca de linha e rede de espera. Neste ponto, os pescadores utilizam um trator e um carro de tração para auxiliar as embarcações na entrada e saída do mar - Figura 4.

Durante a noite, o local não possui iluminação adequada, pois não conta com refletores ou postes com iluminação. Essa queixa de alguns pescadores é contraposta com a justificativa do projeto Tamar de que a desova das tartarugas é influenciada pela presença de iluminação artificial durante a noite.

Figura 4 - Ponto de embarque do Ponto Final



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Há ainda alguns pontos no rio Cricaré, próximos à comunidade de Mariricu, nos quais ficam atracadas as embarcações de pesca no rio - Figura 5. Em área próxima à igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, que dá acesso ao rio, os pescadores atracam suas embarcações e fazem pequenos reparos. O local, de

acordo com entrevista na comunidade, é particular, porém, fora doada informalmente para os pescadores. Não há contrato ou registro de doação que ofereça garantia de uso permanente da área pelos pescadores. Além dos pontos mencionados acima, os pescadores atracam suas embarcações do tipo boca aberta, na foz do rio Mariricu, na comunidade de Barra Nova.

Figura 5 - Ponto de embarque na comunidade de Mariricu



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade pesqueira de Guriri é composta por 120 pescadores e estes se distribuem em diferentes tipos de pescarias, dependendo das embarcações utilizadas, as quais são, predominantemente, de madeira. As que servem à pesca marítima, são distribuídas em: baiteiras de motor de popa, medindo entre 5 e 6 metros; barcos do tipo boca aberta, com motor de centro, medindo entre 7 e 8 metros e baiteiras de rio de remo e motor de rabeta, medindo entre 4 e 5 metros.

A pesca é realizada em diferentes áreas, de acordo com as embarcações. As baiteiras de pesca marítima atuam na área de Guriri, entre a região do Hotel Abricó e a Casa Verde, entre 25 e 30 metros de profundidade, em pesca de linha, rede de espera e rede caçoeira, cujo período de realização é de aproximadamente um dia. As embarcações tipo boca aberta pescam entre a região de Conceição da Barra e Barra Nova, se utilizando dos seguintes petrechos de pesca: rede de espera - predominante - linha de mão, balão, rede caída, espinhel de fundo, espinhel de superfície e rede caçoeira. Essa modalidade de pesca costuma durar entre 1 e 3 dias. A conservação do pescado é feita com gelo armazenado em caixas de isopor. As baiteiras de rio pescam no rio Cricaré, entre as regiões de Barra Nova, Mariricu, Barreiras e Meleiras, em pescas diárias, com a utilização de pesca de linha, tarrafa e jequi. As principais espécies capturadas são: camarão sete-barbas, camarão VG, cação, sarda, manjuba, corvina, roncadour, robalo, pescada, pescadinha, baiacu e peroá.

O pescado é comercializado em peixarias e restaurantes da comunidade. A comunidade recebeu uma peixaria comunitária em um plano de compensação da pesquisa sísmica 4D realizada pela Petrobras, mas ainda não está em funcionamento. Em virtude da pandemia provocada pelo COVID-19, a Prefeitura começou a utilizar o local como um posto de atendimento e os pescadores receiam que o estabelecimento não retorne à sua função original: o atendimento da comunidade pesqueira.

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

De acordo com relatos obtidos na comunidade, por meio de entrevistas realizadas com os pescadores, a pesca ocorre entre as regiões de Barra Nova e Conceição da Barra, entre 25 e 30 metros de profundidade no caso das baiteiras de pesca marítima.

IV.2 Carreira da pesca

Em relatos obtidos na comunidade, observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca, os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

A tripulação é hierarquizada a partir do papel que cada um desempenha no ato de pescar. Pode-se elencar os seguintes papéis: Mestre, gelador, cozinheiro e “tripulação”. O mestre é aquele que determina a posição em que os pescadores irão colocar os petrechos de pesca e a direção que esses seguirão. Cabe ao gelador armazenar o pescado em urna ou isopor com gelo. Ele também é responsável por observar se o peixe está em boas condições de resfriamento. Este papel é tomado como de grande importância, pois lida diretamente com o produto final da atividade. O cozinheiro é responsável pelo alimento da tripulação como um todo, mas o fato dele ocupar uma função específica não o isenta de dar um apoio em outras atividades, como a de puxar a rede, caso seja necessário.

A tripulação, de acordo com os relatos, é aquela responsável por lançar e içar os petrechos de pesca ao mar. Estes ficam encarregados de manusear os equipamentos utilizados na pesca e os petrechos. No caso da pesca do camarão, ao içar o balão, o camarão é colocado na embarcação e é realizada a “cata”, que seria a separação do pescado capturado da fauna e flora acompanhantes.

A relação de trabalho ocorre em um sistema de parceria, no qual o valor arrecadado com a venda do pescado é dividido em partes distintas entre os envolvidos na pescaria, segundo suas atribuições. Esse processo só ocorre após o pagamento das despesas do barco, sendo dividido, como forma de pagamento à tripulação, o restante do valor arrecadado. Sendo assim, o maior valor fica para

o proprietário da embarcação, cabendo as outras partes aos demais trabalhadores, de acordo com a função exercida.

IV.3 Características das embarcações

As embarcações da comunidade são predominantemente de madeira e podem ser caracterizadas em três tipos: barco boca aberta, bateiras¹ de pesca marítima - Figura 6 – e bateiras de pesca no rio - Figura 7. O barco tipo boca aberta mede entre 7 e 8 metros de comprimento, com propulsão de motor de centro. As bateiras de pesca marítima medem entre 6 e 7 metros de comprimento e utilizam o motor de popa de 15 e 25 HP. E as bateiras de pesca no rio medem entre 5 e 6 metros de comprimento e utilizam o motor de rabeta.

Figura 6 - Bateira de pesca marítima



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 7 - Bateira de pesca no rio

¹ O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

Os principais petrechos de pesca utilizados pela comunidade são: rede de espera - predominante -, linha de mão, balão, rede caída, espinhel de fundo, espinhel de superfície e rede caçoeira. O tempo de pesca varia entre 1 e 3 dias. As baiteiras de pesca marítima realizam o que os pescadores denominam “pesca no fresco”, na qual o pescador posiciona a rede no local em que os pesqueiros estão localizados e retornam no dia seguinte para a retirada do petrecho com as espécies capturadas.

V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

A ocupação formal da ilha de Guriri se deu a partir do ano de 1961, quando as obras das estradas que ligam São Mateus à localidade foram implantadas pela gestão do prefeito Othovarino Duarte Santos (1959-1963). A estrada ligava a localidade de Pedra D’água à cabeceira do Rio Mariricu (CAETANO et al., 2015).

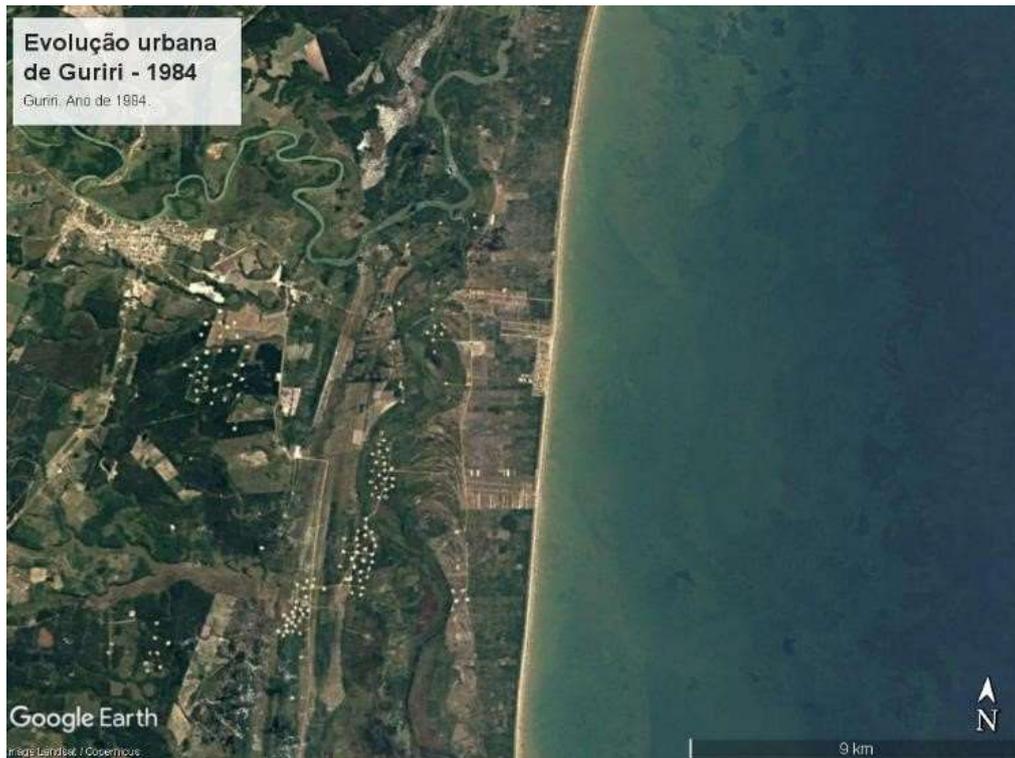
Junto com a primeira ponte de madeira sobre o Rio Mariricu, em 1962, a urbanização de Guriri teve seu início a partir da aquisição de três alqueires de terra pertencentes à família Vila Nova, pela prefeitura municipal, ainda no mandato do prefeito Othovarino Duarte Santos. A partir de 1966, a urbanização se intensifica devido a construção da segunda ponte, que, por sua vez, apresentava estrutura em concreto armado. As embarcações vindas pelo rio São Mateus atracavam em Guriri, porém, após a construção das infraestruturas - estrada e ponte - houve suporte logístico para a atuação de grandes empresas, como Aracruz Celulose e Petrobrás, a partir da década de 1970 (CAETANO et al., 2015).

A partir de então, durante a gestão do prefeito Amocim Leite (1973-1976), foi construído o primeiro grande loteamento da ilha. Neste, os lotes foram doados a quem se comprometesse construir suas residências. A intenção do governo municipal era incentivar a povoação de Guriri, a fim de se criar um balneário turístico que pudesse atrair o fluxo de turistas que iam à Conceição da Barra. Contudo, o loteamento não apresentava infraestrutura e os lotes doados não foram demarcados devidamente, causando desorganização na ocupação urbana (CAETANO et al., 2015).

Um segundo loteamento, no final da década de 1970, promovido pela gestão do prefeito Gualter Nunes Loureiro (1977-1981), se encarregou das vendas por valores relativamente baixos, também ofertando às pessoas que se comprometessem construir em um prazo máximo de dois anos (CAETANO et al., 2015).

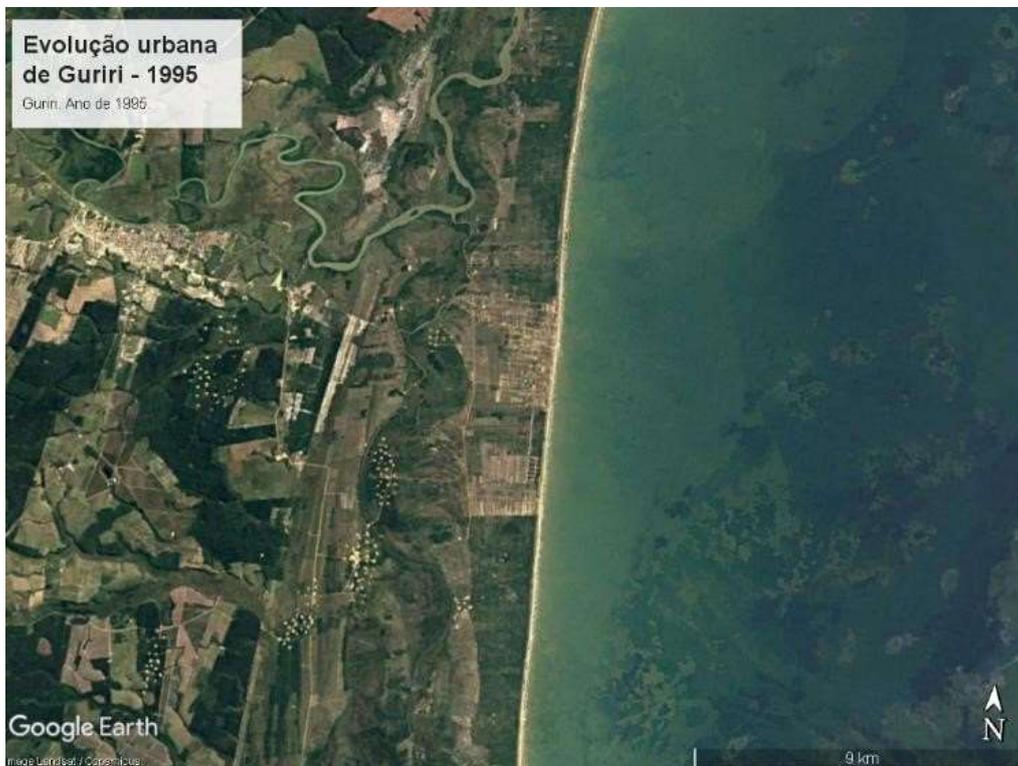
Dando continuidade à análise em uma linha temporal, por meio de imagens aéreas, percebe-se que após 1984 - Figura 8 - e durante a década de 1990 - Figura 9, a urbanização de Guriri não se intensificou, se comparada com o final da década de 2000 - Figura 10. No entanto, a partir do ano de 2008, a expansão urbana do distrito aumentou consideravelmente - Figura 11.

Figura 8 - Mancha urbana de Guriri no ano de 1984. Fonte: Google 2019



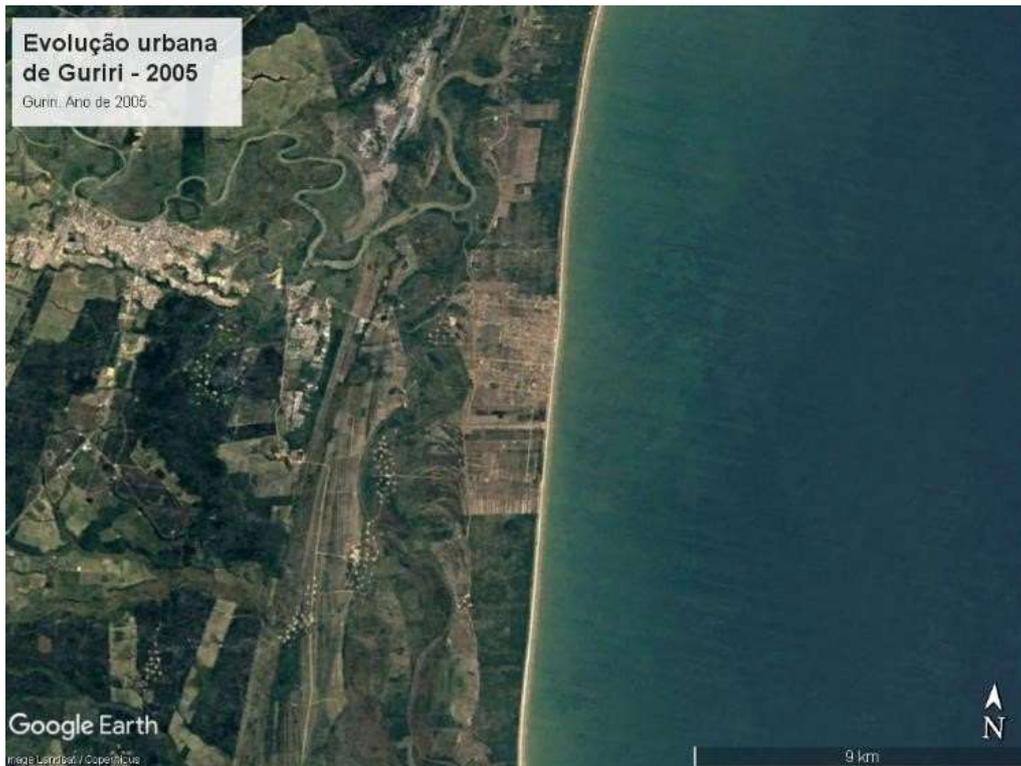
Fonte: Google Earth, 2019

Figura 9 - Mancha urbana de Guriri no ano de 1995



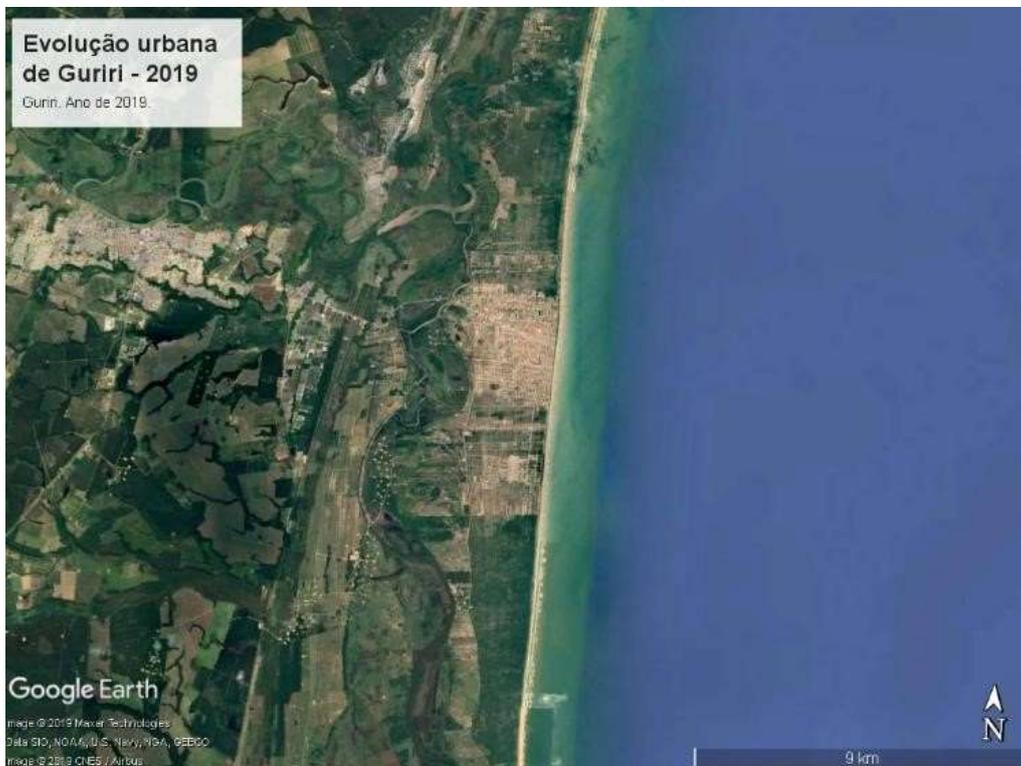
Fonte: Google 2019

Figura 10 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2005



Fonte: Google 2019

Figura 11 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2019 (a)



Fonte: Google 2019

Apesar da grande extensão de terra ocupada, a mancha urbana de Guriri apresenta muitos lotes vazios, sem edificações - Figura 12. A infraestrutura da malha viária é precária, sem sistema de drenagem pluvial. O bairro apresenta pavimentação e passeio de pedestres apenas nas vias principais.

Em entrevista, foi relatado que no início da década de 1990, uma figura política local doou meio lote para cada pescador de Guriri, no loteamento Parque Washington. Mesmo assim, com o passar do tempo, todos os pescadores venderam seus lotes e se mudaram do local.

Dessa forma, entende-se que a urbanização do bairro foi promovida por diversos agentes políticos, de vereadores à prefeitura, como pôde ser constatado por meio de entrevistas e por meio das análises de dados de fontes secundárias. Em 1997, por meio da Lei Municipal nº 0530/97, o então prefeito Rui Carlos Baromeu Lopes (1997-2000) cria o bairro de Guriri e o transfere para o Distrito Sede de São Mateus.

Figura 12 - Mancha urbana de Guriri no ano de 2019 (b)

Fonte: Google 2019

É percebido por meio das imagens aéreas, que até a década de 2000, os loteamentos da região norte apresentavam maior infraestrutura e, por isso, maior incentivo à ocupação. Entretanto, a partir do ano de 2010, uma nova onda de urbanização se deu na região, dessa vez orientada por empresas especializadas. Devido a tal fator, alguns dos novos loteamentos, localizados ao sul de Guriri, apresentam infraestrutura, tanto de pavimentação quanto de drenagem pluvial.

O padrão das edificações é predominantemente regular, sem grande concentração de áreas com precariedade habitacional. As casas são construídas em alvenaria, emboçadas e pintadas, com telhado em telha colonial ou placas de fibrocimento, apresentando lajes.

A infraestrutura viária é praticamente nula em toda extensão do bairro, com exceção da orla e das ruas principais. Não há calçamento ou pavimentação

adequados, nem mesmo há sistema de drenagem pluvial instalado - Figura 13 e Figura 14.

Figura 13 - Registro fotográfico de áreas pavimentadas de Guriri



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Dentre os equipamentos urbanos encontrados, foram identificadas 14 instituições do ramo educacional, 02 praças, 01 mercado de peixes, 01 equipamento de infraestrutura - SAAE - e 03 equipamentos de saúde - Quadro 2.

Quadro 2 - Lista de equipamentos urbanos encontrados em Guriri

Nº	Equipamento Urbano	Tipo
1	EMEF Profª Herinéa Lima Oliveira	Educacional
2	EEEFM Wallace Castelo Dutra	Educacional
3	EMEF Guriri	Educacional
4	Escola Fonte do Saber	Educacional
5	EMEF Ouro Negro	Educacional
6	CEIM Ovelinha	Educacional
7	Escola Crer e Ser	Educacional
8	Polo EaD – Universidade do Sul	Educacional
9	CEIM André Orlandi Nardotto	Educacional
10	Coopepi	Educacional
11	Praça da Ilha de Guriri	Lazer
12	Praça Vinícius Cavaleiro Mileri	Lazer
13	Mercado de peixes	Comércio
14	SAAE	Infraestrutura
15	Posto de Saúde de Guriri	Saúde
16	Regional Saúde de São Mateus	Saúde
17	A.A. Grupo Guriri - 21	Saúde

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 14 - Registro fotográfico de áreas sem pavimentação de Guriri



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

O crescimento urbano do bairro e o aumento das casas de veraneio mudou a perspectiva da região para a comunidade pesqueira. Durante as entrevistas, são comuns os relatos de que as regiões de concentração de peixarias e vila de pescadores são vistas como locais “inferiores” e que distanciam o turismo da região.

Nota-se também que, durante as entrevistas, os pescadores foram migrando gradualmente para áreas mais periféricas do bairro, à medida em que a região norte se expandia. Em visita de campo, percebe-se uma concentração de casas de veraneio e equipamentos urbanos na região norte de Guriri, bem como do comércio e serviços de lazer - parque-aquático, pousadas, entre outros.

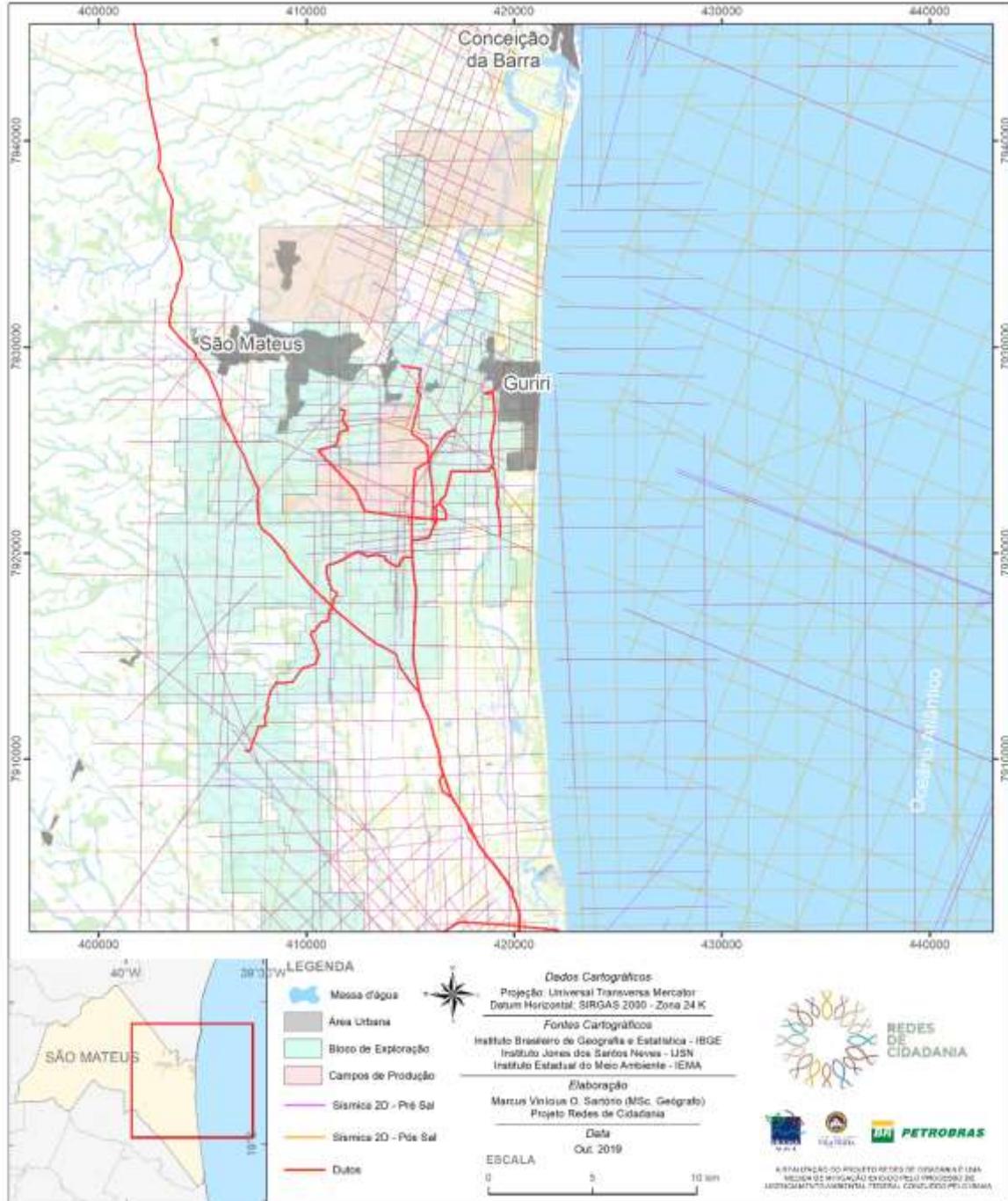
V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

Guriri é uma comunidade de pesca com características específicas, que contribuem para problemas de ordem ambiental ligados à sua localização e à sua dinâmica territorial e urbana. Por se situar no litoral norte do estado, faz-se marcante a presença do setor de petróleo e gás, especialmente através das pesquisas sísmicas realizadas pela Petrobras em água e em terra. Também o litoral norte se constitui como área de interesse de empreendimentos de grande porte, como o Centro Portuário São Mateus-CPSM, da empresa Petrocity, que se encontra em processo de licenciamento, gerando especulações locais. O porto será o maior do estado, de acordo com o site da Petrocity (<http://site.petrocityportos.com.br/>), podendo gerar, além da especulação, impactos de ordem ambiental significativos à comunidade.

Neste mesmo sentido, a indústria de petróleo e gás possui grande relevância no que se refere aos impactos locais. Tanto as pesquisas sísmicas, já apresentadas, quanto o derramamento de óleo no litoral, estão entre as principais queixas dos pescadores ao serem questionados sobre os problemas

ambientais enfrentados em Guriri. Ao analisar as áreas mapeadas de exploração e prospecção de petróleo, com base nos dados georreferenciados da ANP, é possível entender como este setor está presente no município de São Mateus - Figura 15.ice 365

Figura 15 - Sísmica 2d pré e pós sal e áreas de produção e exploração de petróleo e gás na região do entorno de Guriri, município de São Mateus



Fonte: Redes de Cidadania

Além do exposto, houve, em 2015, o surgimento de outro problema ambiental que impactou transversalmente as comunidades de pesca no litoral capixaba: a lama de rejeitos da barragem de Mariana, Minas Gerais. Segundo relatos dos pescadores de Guriri, a lama chegou a impactar diretamente na quantidade de pescado na região, sobretudo da pescadinha. Este fato foi citado por pescadores, juntamente com a queixa de ter seu território de pesca afetado pela área de restrição devido à lama e à concorrência com a pesca industrial nas águas mais profundas.

A expressiva área urbana de Guriri é também um fator que gera, além dos problemas de infraestrutura, impactos negativos no ambiente. O histórico de expansão do bairro, a partir de loteamentos irregulares, como foi trabalhado nos itens anteriores, reflete em uma extensa supressão de áreas vegetadas, gerando interferência na dinâmica dos sistemas naturais.

Figura 16 - Vista aérea da área urbana de Guriri defronte para o mar, com destaque para a vegetação de restinga

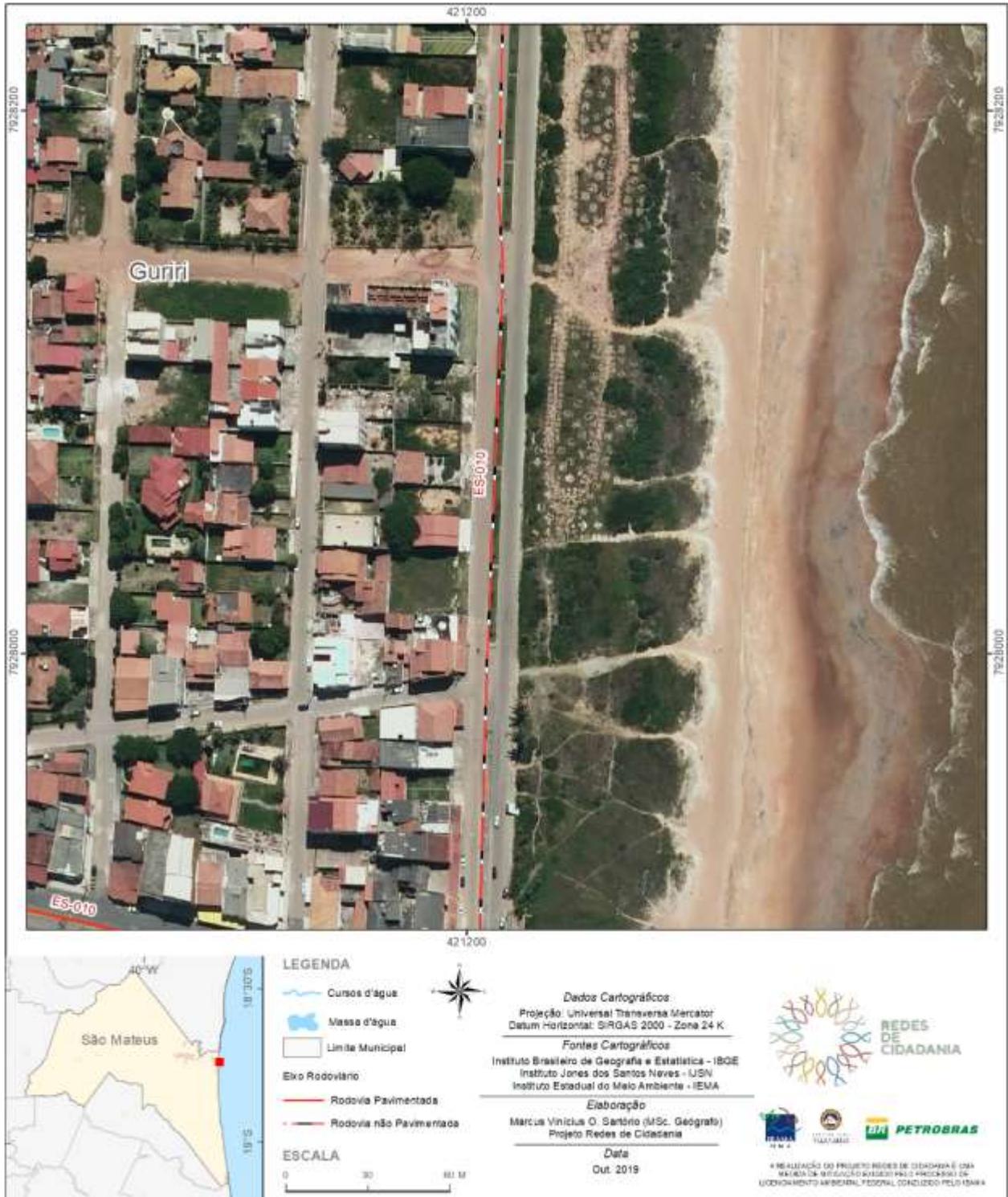


Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Uma das áreas ambientalmente sensíveis na comunidade de Guriri é a vegetação de restinga - Figura 16. Esta é encontrada em toda a faixa litorânea

que separa o mar da área urbana, em uma distância que varia de 40 metros mais ao sul e 90 metros mais ao norte da localidade. Vários caminhos foram feitos no meio da vegetação para dar acesso ao mar - Figura 17.

Figura 17 - Vegetação de restinga remanescente no litoral de Guriri



Fonte: Redes de Cidadania

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

A comunidade pesqueira de Guriri concentra-se em duas áreas da ilha, no denominado “ponto final da praia” e nas margens do rio Mariricu, na chamada comunidade de Mariricu, cujo nome é uma variação da palavra Marerike, “fortaleza de pau-a-pique”. A partir de entrevistas pôde-se identificar dois grupos sociais que compõem a localidade e atuam na comunidade pesqueira: “os nativos”, aqueles que nasceram na comunidade, mais especificamente, em Mariricu e em uma região denominada Nativo e os “de fora”, aqueles que chegaram de outras regiões.

A população nativa que habitava e ainda habita a comunidade é descendente de indígenas e negros escravizados que trabalhavam nas fazendas da região. A principal fonte econômica era a pesca, coleta de mariscos e o plantio da mandioca. As famílias que exerciam tais atividades se concentraram às margens dos rios Cricaré e Mariricu, nas regiões de Meleiras, Barreiras, Mariricu e Barra Nova (CAETANO et al., 2014).

A região, segundo aponta um estudo realizado sobre as populações indígenas, era habitada por índios Goitacazes, antigo grupo indígena da América do Sul (MELLO, 1962/63). A resistência indígena na região é muito conhecida por ter sido uma área na qual se deu o desfecho da Batalha do Cricaré, no ano de 1558, na qual os Botocudos resistiram à presença dos colonizadores portugueses. O confronto culminou na morte do filho de Mem de Sá, Fernão Mem de Sá e de Manuel Álvares e Diogo Álvares Correia. Neste episódio foram enviados aproximadamente 200 soldados para a região do Cricaré, tendo centenas de indígenas sido exterminados (RUSSO, 2011).

Hoje, a localidade, além da atividade pesqueira, possui forte vínculo com o turismo relacionado ao seu litoral, atraindo uma população de veranistas. A ilha passou a ser ocupada por pessoas de fora, a partir dos anos 1960, quando foi construída a estrada que liga a localidade de Pedra D’Água à cabeceira do rio

Mariricu. Após a construção da citada estrada e da ponte, em 1966, algumas empresas começaram a se implantar no local, como a Aracruz e a Petrobrás (CAETANO et al., 2014).

VI.2 Principais Patrimônios culturais

Sobre as atividades culturais predominantes na comunidade pesqueira, podemos mencionar a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre na capela da localidade de Mariricu, as festas do Caranguejo e do Camarão, que ocorrem em Barra Nova e o Carnaval. De acordo com fala de um pescador antigo da comunidade, os pescadores de Meleiras e Barreiras - regiões do município de Conceição da Barra - descem o Rio Mariricu de barco para participarem da festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Os integrantes da igreja Católica Nossa Senhoras dos Navegantes também realizam festividades nos meses de junho e julho, as denominadas quadrilhas.

Com relação aos patrimônios, a comunidade dispõe de patrimônios materiais e imateriais. No tocante aos materiais, elencamos os seguintes: o jequi e a Igreja Nossa Senhora dos Navegantes. Os imateriais são a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, a História da Batalha do Cricaré, as memórias da Casa de Farinha, das casas de estuque e da pesca.

O jequi, também chamado na comunidade de “juquiá”, é um instrumento de pesca indígena ainda utilizado pela comunidade para a captura de siri e camarão da água doce. Há adaptações aos novos materiais disponíveis. Os povos indígenas utilizavam matéria orgânica para a confecção, como bambu, madeiras e cipós, sendo que atualmente ele é feito de PVC e fio de aço.

A capela de Nossa Senhora dos Navegantes é tomada pela comunidade como sendo uma das mais antigas, com 68 anos, segundo a estimativa de Seu Manduca, morador antigo da comunidade. Em relatos, os moradores narram que na sua construção foram utilizadas grandes pedras retiradas do rio Mariricu. Seu Manduca acrescenta que carregou a primeira pedra para a construção da igreja.

De acordo com sus falas, os moradores pegavam grandes pedras no rio e as transportavam para o local da obra através de uma “padiola”, estrutura em madeira que era utilizada para facilitar o transporte das pedras.

A festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorre na comunidade de Mariricu, é importante para a comunidade por agregar aspectos religiosos e práticos, uma vez que, historicamente, a pesca no rio ocupa um lugar central na dinâmica social comunitária.

A Casa de Farinha era um local em que a mandioca era triturada para a fabricação de farinha. Esta era consumida na localidade e vendida para regiões vizinhas.

As casas de estuque estão ainda presentes nas memórias locais. Todas as narrativas dos moradores mais velhos da comunidade remontam aspectos importantes do tipo de construção dos “nativos”, que seriam casas feitas com materiais disponíveis na localidade. Basicamente, madeiras, cipós, barro retirado da beira do rio e palhas para cobrir o telhado.

No que se refere às memórias da pesca, Seu Manduca relatou que se usava um tronco da árvore Oiticica para a elaboração da canoa ou do batelão. A navegação se dava por meio de remo. O petrecho de pesca era rede, a qual era feita a partir da fibra da palmeira Tucum², uma vegetação que era muito presente na comunidade, mas atualmente difícil de ser encontrada. Para a elaboração da rede os pescadores tiravam os fios da palmeira e utilizavam o que Seu Manduca chamou de “fiadeira”, que fiava em um “fuso” e a enrolava em ramos para depois ser usada na elaboração da rede.

² De acordo com Abreu e Nunes (2012) o primeiro registro oficial da palmeira foi no século XIII, quando Manuel de Arruda Câmara foi enviado à colônia para fazer relatos sobre plantas que poderiam ser utilizadas na fabricação do linho. Mas os povos indígenas já se apropriavam do fruto da palmeira para alimentação e extração do óleo. Ribeiro (1986) destaca que os indígenas do Brasil sempre dispuseram deste material para tecelagem. O tucum era muito utilizado ainda na confecção de redes de dormir pelos povos indígenas.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que define padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico-metodológico auxiliar na compreensão dos diferentes aspectos que tornam a comunidade pesqueira de Guriri organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

Em entrevistas realizadas, identificou-se que, após o rompimento da barragem de Mariana/MG, muitos moradores e não moradores da comunidade, que não eram pescadores, pressionaram os responsáveis pela Associação para que estes autorizassem o RGP a fim de que pudessem receber a indenização paga pelas mineradoras Samarco, Vale e Billiton BHP aos pescadores atingidos pelos efeitos dos rejeitos de minério despejados no Rio Doce e na costa Norte. Este fato produziu desconfiança na comunidade em relação às instâncias locais e regionais de representação da pesca.

Outro fator que está causando dissenso na comunidade é a localização e a estrutura do Mercado de Peixes. Nas entrevistas realizadas, pescadores relatam a dificuldade de transporte do pescado para comercialização até a peixaria, uma vez que o local que estes dispõem está próximo ao desembarque. Com relação à estrutura, há receios quanto à segurança das bancas individuais, pois, como todos estarão em um mesmo espaço, os produtos dispostos nos refrigeradores ficarão acessíveis. Ademais, a implementação do mercado está sofrendo resistência pelo fato dos pescadores não estarem adaptados ao novo modelo de gestão proposto, diferente do que estavam habituados.

Na comunidade de moradores houve movimentos de resistência quanto a construção do mercado, alegando-se que o estabelecimento iria produzir mau cheiro na região. Após ser realizada reunião entre o poder executivo local, a

Associação de Moradores, a Associações de Pescadores e a Colônia de Pesca, ficou acordada sua construção. Este fato produziu tensão entre a Associação de Moradores e entidades representativas da pesca.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade, foram realizadas entrevistas e reuniões. Nas reuniões foram selecionadas as lideranças através de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas, identificamos como potenciais líderes os pescadores que são mais expressivos na comunidade, tanto pela relação com a pesca quanto pela relação com a própria comunidade. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã-GACs, complementando as que já haviam sido selecionadas.

Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - Maria da Penha Costa - Presidente da ASPEG e membro do GAC;
 - Maria da Glória A. Santos - Presidente da Colônia de Pescadores;
 - Ednéia Rodrigues de Oliveira - Presidente da APESAM.
- Lideranças comunitárias informais
 - Wilson Saldanha Barbosa - Pescador e membro do GAC;
 - Manoel - Pescador e membro do GAC;
 - Manoel Caboclo - Pescador e membro do GAC.
- Lideranças femininas:
 - Maria Aparecida Vitorino - Membro do GAC;
 - Keyla - Membro do GAC;
 - Tania - Membro do GAC;
 - Leila Vasconcelos - Membro do GAC;
 - Maria da Penha dos Santos Fanticheli - Membro do GAC.
- Lideranças jovens:
 - Wercules Moraes da Silva - Membro do GAC;
 - Shayane - Membro do GAC.

VIII REFERÊNCIAS

ABREU, R. NUNES, N.L. Tecendo a tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da "linha do tucum". **Horizontes Antropológicos**. 2012.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina.; MURRIETA, Rui.; NEVES, Walter. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER. Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

_____. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

_____. **Estatuto da Cidade**, 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Site: Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

CAETANO, A, P. V; OLIVEIRA, J. R.; AHNERT, R.; TEIXEIRA, C.; TEIXEIRA, M.C. Aspectos da história ambiental da ilha de Guriri-ES: contribuição para a educação ambiental biorregionalista. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer – Goiania, v. 11, n. 20; p. 191, 2015.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares**: leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Shapefiles do estado do Espírito Santo**, GEOBASES. Mar. 2018 Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>> Acesso em: 12 mar. 2018.

FERREIRA, Giovanilton André Carreta. **A Lei no Plano e o Plano na Lei: Convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo**

capixaba. Tese de doutorado. Orientador Glauco Bienenstein. Rio de Janeiro, UFF-RJ, 2016.

FIRTH, Raymond. **Elements of social organization**. Londres: Watts [Publicado em português em FIRTH, Raymond. 1974. *Elementos da organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.). **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. *et al.* O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

_____. **Demografia e urbanização**: o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, ES: 2011a.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução**: sociedade ciência e universo. Bauru (SP): EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernarndo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2003.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

- MELLO, J. F. A. Índios no Espírito Santo: primeiros contatos entre índios e colonizadores. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo** (IHGES). Vitória. 1962/1963.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.
- RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006**. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.
- RIBEIRO, B. As artes têxteis indígenas no Brasil. In: _____. **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes; Finep, 1986. p. 351-375.
- ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Brasília: INEP, 1980.
- RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus, Espírito Santo: economia e demografia (1848-1888)**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, PósGraduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011, 251 fls.
- SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.
- SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.
- TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória: Vale Encantado**. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).
- THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.
- THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.
- XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental: Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência;
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;
- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;

- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;
- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou

acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc;
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;

- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;
- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?;
- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
 - Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG:
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares.
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:

- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;
- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;

- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;
- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda;
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;

- Espaços de sociabilidade.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES.

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto Cesar Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

*A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o apresente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.*